



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização
Ambiental

Processo nº 1370.01.0013102/2022-78

Governador Valadares, 22 de março de 2022.

Procedência: Despacho nº 106/2022/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SUPRAM LESTE DE MINAS	Despacho nº 106/2022/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA
Empreendedor: REFIL RESIDUOS INDUSTRIAIS EIRELI (CNPJ Nº. 24.948.350/0002-23) Empreendimento: REFIL RESIDUOS INDUSTRIAIS EIRELI (CNPJ Nº. 24.948.350/0002-23)	Município: São Gonçalo do Rio Abaixo/MG
Assunto: Arquivamento de Processo SLA nº. 6172/2021	
Para: Superintendente Regional de Meio Ambiente - SUPRAM LM	Unidade Administrativa: Superintendência - SUPRAM-LM
De: Cíntia Marina Assis Igídio - Gestora ambiental - MASP 1253016-8 De acordo: Daniel Sampaio Colen - Diretor Regional de Fiscalização Ambiental* - MASP 1228298-4 *designado para responder pela Diretoria Regional de Regularização Ambiental Leste Mineiro, conforme publicação na IOF em 11/12/2021.	Unidade Administrativa: DRRA / SUPRAM-LM
<p>Senhor Superintendente Regional,</p> <p>Em 07/12/2021, a Refil Resíduos Industriais Eireli, CNPJ 24.948.350/0002-23, formalizou no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, o processo nº. 6172/2021 de licenciamento ambiental simplificado, via Relatório Ambiental Simplificado - RAS, classe 3, sem incidência de critério locacional.</p> <p>Pretende-se instalar o empreendimento na área urbana do município de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG e desenvolver as atividades “F-01-01-6 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos” e “F-05-05-3 Compostagem de resíduos industriais”, com área útil de 1,88ha.</p> <p>Após análise dos documentos apresentados no SLA, verificou-se que não foi apresentado Relatório Ambiental Simplificado - RAS específico para atividade “F-05-05-3 Compostagem de resíduos industriais”, conforme termo de referência disponível no site da SEMAD. Este documento deveria conter informações técnicas relativas à atividade, o que inviabiliza a análise.</p> <p>Neste cenário impõe-se a incidência das disposições contidas na Instrução de Serviço SISEMA nº 06/2019, tem-se que:</p> <p>Instrução de Serviço SISEMA nº 06/2019</p> <p>3.4.1 - Da possibilidade de atuação posterior à formalização do processo administrativo no que se</p>	

refere às informações e aos documentos desconformes e dos tipos de decisões finais possíveis

A atuação do órgão ambiental, posterior à formalização do processo de licenciamento ambiental, também poderá resultar em necessidade de correções ou complementações das informações que instruem o processo de licenciamento ambiental ou, no momento decisório conclusivo, em rejeição do processo propriamente dito ou emissão do certificado de licença ambiental.

Dessa forma, as ações pós-formalização gerarão fluxos diferentes a serem tratados pelo corpo técnico envolvido na análise dos processos, os quais podem ser definidos conforme enumeração a seguir.

(...)

3 - Sugestão para arquivamento do processo administrativo.

O arquivamento do processo administrativo é a ação prevista pelas hipóteses traçadas no art. 33 do Decreto n. 47.383, de 2018, as quais, ante a atual realidade, podem ser aglutinadas em duas macrossituações:

- A requerimento do empreendedor;

- Falha nas informações que instruem o processo administrativo.

Dessa maneira, quando não solicitado pelo empreendedor, o arquivamento é ação que se justifica por falha na instrução processual sob responsabilidade do empreendedor, podendo ocorrer de plano ou, também, após a solicitação das informações complementares. [grifo nosso]

Destaca-se que a “*Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente*” (Art. 50 da Lei Estadual nº 14.184/2002).

À vista de tal definição administrativa, claramente delineada, tem-se a necessidade de avaliação do presente cenário frente aos ditames da Lei Federal nº 13.655/2018, a qual dispõe sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, donde se extrai:

Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

Parágrafo único. Os instrumentos previstos no caput deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão. [grifo nosso]

A segurança jurídica busca equilibrar a balança entre a atuação conforme a Lei e o Direito, visando ao atendimento do interesse público, observadas as formalidades essenciais à garantia dos direitos dos postulantes e dos destinatários do processo, sendo estes princípios fundamentais do Direito Administrativo.

Diante do exposto, servimo-nos da presente Papeleta de Despacho para reportar a Vossa Senhoria a sugestão de arquivamento: I. Processo SLA nº. 6172/2021, classe 3, LAS RAS, atividades “F-01-01-6 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos” e “F-05-05-3 Compostagem de resíduos industriais”, em empreendimento localizado no município de São Gonçalo do Rio Abaixo – MG, pela perda do objeto, conforme Art. 50 da Lei Estadual nº 14.184, de 31/01/2002.

Consigna-se que, nos termos do Art. 34 do Decreto Estadual nº. 47.383/2018, uma vez arquivado por decisão definitiva, o processo de licenciamento ambiental não será desarquivado, salvo em caso de autotutela, assegurado o direito do empreendedor formalizar novo processo, desde que comprovada a inexistência de débito de natureza ambiental e que também não implique reaproveitamento dos custos referentes ao processo ora arquivado.

Recomenda-se, por necessário, sejam os dados dos Processos Administrativos em referência encaminhados à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental (DFISCLM) para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, nos moldes estabelecidos na Instrução de Serviço SISEMA nº. 05/2017.

Por fim, registra-se que a manifestação aqui contida visa nortear na escolha da melhor conduta, tendo natureza opinativa, de caráter obrigatório, porém não vinculante e decisório, podendo a entidade competente agir de forma contrária à sugerida pela equipe interdisciplinar¹.

É a nossa manifestação opinativa, *sub censura*.

À deliberação final da autoridade decisória competente.

¹Parecer AGE/MG nº 16.056, de 21 de novembro de 2018: (...) 48. O parecer administrativo e a nota técnica não equivalem ao ato administrativo a eles posterior, ainda que o administrador tenha acatado integralmente o parecer. O parecer não possui valor normativo, servindo apenas de orientação ao gestor na tomada de decisões.



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Marina Assis Igidio, Servidor(a) Público(a)**, em 22/03/2022, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Sampaio Colen, Diretor**, em 22/03/2022, às 22:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43884984** e o código CRC **BAADF0E2**.

Referência: Processo nº 1370.01.0013102/2022-78

SEI nº 43884984